Colecção Andarilho



7

Cartas da periferia: Um antropólogo na terra dos heróis

Fernando Bessa Ribeiro





Antropólogo, assistente no Departamento de Economia e Sociologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. É colaborador regular do jornal A Página da Educação.

Uma tese de doutoramento sobre modernização e mudança social levou-o até Moçambique, onde viveu entre Maio de 2001 e Janeiro de 2002. Neste livro estão reunidos os artigos sobre as suas observações "africanas" publicados em A Página da Educação.
Na introdução, texto original escrito propositadamente para a presente obra, o autor reflecte acerca da sua condição de cidadão-investigador comprometido com as lutas políticas e sociais emancipatórias num país africano severamente golpeado pelo neoliberalismo.

Embora os artigos que fazem o livro tenham sido pensados como unidades autónomas e escritos em tempos e espaços diferentes, procurou-se uma certa continuidade ancorada no fluir da vida quotidiana do autor e das gentes com quem dialogou.

Colecção Andarilho



Cartas da periferia: Um antropólogo na terra dos heróis

Fernando Bessa Ribeiro



Aqui e lá:
um discurso sobre a cidadania não suspendida

Numa das suas derradeiras entrevistas, Pierre Bourdieu fala do dever de falar quando se possui o privilégio de poder falar. Foi precisamente o que tentei fazer nas dez cartas agora reunidas. Elas expressam aquilo que vi e, sobretudo, senti e compreendi ao longo do tempo de vida consumido em Moçambique, entre Maio de 2001 e Janeiro de 2002. Esta tomada da palavra, fixada pela tinta negra no papel de jornal, agora em livro, entendo-a como um cumprimento inalienável de cidadania. Apesar de ser por vezes incómodo, aqui e lá, não é um acto de coragem. Somente um acto de consciência que mais não quer do que sossegar e amparar as minhas, quiçá desmedidas, inquietações sobre uma parte do mundo onde transitoriamente eu vivi.

Recentemente recebi um *e.mail* de um filho de um informante-chave, estudante universitário que não tive oportunidade de conhecer. Nessa mensagem simpática descrevia a intensa impressão que a leitura das cartas lhe tinha provocado, em particular as suas passagens mais críticas. Quando parti para Moçambique, para esse pedaço de África tão abusado por tantos, não acalentava grandes expectativas em relação ao seu estado geral e à situação da maioria das suas gen-

tes. Nunca me comprazi com a retórica de um Moçambique feliz, imagem tão difundida pelos governos e jornalistas de mercado que neste canto da Europa fazem a governança, com mais ou menos engenho, do neoliberalismo. À sua maneira, como viria a descobri-lo, esta configuração serve não só os interesses da ordem existente como das próprias elites moçambicanas que vão medrando à sua sombra. Neste sentido, recuso energicamente a retórica da desresponsabilização, diria mesmo do "branqueamento", do papel por elas jogado no processo de transformação económica e correlativos impactos sociais que se repercutem sobre o povo moçambicano. Não negando a força dos constrangimentos sistémicos, é de duvidoso fundamento argumentativo qualquer tipo de desculpabilização da acção por elas desempenhada no processo de concentração da riqueza e de empobrecimento geral de Moçambique. Como avisadamente escreveram Frantz Fanon e René Dumont, já há quase meio século, as elites africanas são credoras de uma grossa fatia do descalabro a que os seus países e povos chegaram.

A aprendizagem da vida em Moçambique foi, em múltiplas dimensões, uma experiência de descoberta e de compreensão dos outros. Escrevi, em pleno voo para Joanesburgo, que o meu objectivo era precisamente esse: compreender, exercício difícil de aproximação às razões e racionalidades dos observados que, muitas vezes, nos parecem estranhas e absurdas. Experiência humana intensa, que nada tem a ver com a presença e o olhar fugazes do turista

ou das pesquisas "rápidas" em moda no campo das ONG e do trabalho mercantil das gentes ligadas ao desenvolvimento, ela dá sentido pleno ao método antropológico de "ir para lá", "estar com os outros". Nesta imersão, sempre dolorosa, prova de resistência que nos coloca perante o desafio da superação intelectual e não só física, fui aprendendo a viver com pessoas e em lugares que me eram desconhecidos. Vagarosamente, muitas vezes a um ritmo que exasperava as minhas "pressas", fui conhecendo e compreendendo os indivíduos e as suas lutas. Como sempre, estas organizam-se em torno da mobilização de recursos para manter ou melhorar as suas posições sociais. Num espaço-tempo marcado pelas políticas de "ajustamento estrutural" impostas pelo neoliberalismo, cujos efeitos se fazem sentir com particular agudeza em Moçambique, desorganizando e, fatalmente, reconfigurando as relações sociais, homens e mulheres tentam não ficar para trás. Para uns trata-se de continuar a desenrascar a vida, garantir para si e para os que deles dependem as existências físicas quotidianas; para outros, muito poucos, trata-se de aproveitar as oportunidades abertas pelas enormes mudanças em curso, algumas de ruptura com o passado, para melhorar as suas posições, acrescentando poder e propriedade.

É nesta imersão num novo contexto social, em parte estruturada mais pela vontade dos outros do que pela nossa, que se desenrola o trabalho de campo. Através das regras e técnicas metodológicas que conhecemos bem, tentamos

objectivar a realidade social onde nos inserimos e os seus actores. Para o fazer servimo-nos da observação e, sobretudo, do diálogo. De facto, à nossa frente, à nossa volta, não estão seres passivos a franquear pela curiosidade escrutinadora do antropólogo. Eles também querem saber, anseiam conhecer as nossas origens e o que somos, desejam compreender o que nós pensamos sobre um determinado assunto ou questão. Possuindo, quase sempre, um desconhecimento praticamente geral da antropologia e dos antropólogos, não deixam de nos atribuir uma posição na estrutura social e de produzir um sentido para si relativamente ao nosso trabalho. Fazem-no socorrendo-se de categorias (o género, a raça, a idade e a classe) às quais, aqui e lá, não podemos escapar. Nestas circunstâncias, como actuar? Resistir teimosamente ou, pelo contrário, abrirmo-nos aos outros, àqueles que observamos e pretendemos que se abram connosco, necessariamente tomando partido, enfim, exercendo a nossa cidadania?

Os diálogos foram vividos nos mais diversos lugares: Maputo, Manjacaze, Jongué, Matola, Inhambane, Tofo. Muitas vezes me confrontei com o dilema de guardar reserva face à livre exposição do que pensava. Sobre mim pesavam, como em Portugal e em muitos outros lugares, os mecanismos doces de uma censura formalmente não existente mas presente (e eficaz) nas práticas quotidianas de uma democracia domesticada e circunscrita, configurada segundo os termos ditados pelo "consenso de Washington". Sempre que me contive, não o fiz apenas para continuar a falar mais tarde

mas sobretudo porque era imperioso não colocar em causa o trabalho de campo. Os silêncios e as "meias-palavras" têm, porém, vantagens inesperadas. Eles facilitaram os diálogos com elementos da elite moçambicana, tornando possível conhecer, na sua "autenticidade", as expectativas, rivalidades e contradições que os animam. Através deles acabaria por recolher dados preciosos para uma etnografia da transformação social da velha burocracia em nova burguesia.

Apesar de estar lá não deixei de continuar a seguir, na medida em que me era possível, o que se passava em Portugal e em outros lugares do mundo. Com os observados que me observavam, fui seguindo e discutindo o correr sobressaltado do nosso tempo, ponteado de acontecimentos marcantes, umas vezes trágicos e derrotantes, outras vezes exaltantes e animadores. Recordo com especial intensidade o diálogo travado com um velho africano residente num lugar remoto de Manjacaze (província de Gaza). Cheguei até ele pela mão e companhia amigas de um jovem extensionista dos serviços rurais do estado moçambicano para conhecer a sua história e compreender as razões das suas críticas. A um dado momento da conversa sou inquirido sobre o 11 de Setembro. Sem rádio ou acesso a outras fontes de informação formais, as notícias não deixaram de circular e de a ele chegar, como a muitos outros que, aparentemente isolados, estão efectivamente conectados com o mundo. Começamos por dialogar sobre a sua vida e os seus problemas, acabamos a falar sobre os americanos e os tropeções do

nosso tempo que ele sente, com inteira justiça, como sendo também seu.

Esta pequena história não deixa somente advinhar que ninguém escapa às estruturas e às dependências engendradas pelos centros de poder com força maior para moldar o sistema mundial moderno. Expõe também a necessidade absoluta de uma cidadania alargada e aprofundada, cujas exigências não se esgotam nos estreitos, se bem que importantes, limites do estado que nos confere uma nacionalidade. Apesar das profundas desigualdades sociais que estão longe, sublinhe-se, de se esgotar no campo económico, os assuntos do mundo passaram a interessar a todos, "nós" e os "outros" do discurso antropológico. Aqui ou lá, habituados às viagens ou acanhados toda a vida a um lugar, a cidadania de cada um tem cada vez mais a ver com as coisas de todos, sem deixar de possuir, claro está, uma relação com lugares concretos onde a nossa vida se consome, incluindo esse lugar-espaço cada vez mais presente que é o da *internet*.

As cartas trazem à existência as pluralidades geográficas onde se desenrola a minha cidadania, estando marcadas pelo modo como olho para as gentes que conheci e os lugares percorridos. Como julgo estar evidente em algumas, nelas procuro reflectir sobre a vida de homens e mulheres concretos e acontecimentos sociais ocorridos, articulando tempos e espaços bem diversos, recusando sempre amarrar a compreensão do que via e sentia aos lugares que foram colocados, por vontade colectiva e força do direito internacional, dentro do espaço estatal onde vivi.

Fui para Moçambique com um propósito bem definido, o trabalho de campo para uma tese de doutoramento. Mas isso, como é bem evidente, não implicava, para mim, qualquer suspensão da minha cidadania, por muito que, como estava consciente à partida, me sentisse constrangido a silenciar a livre enunciação daquilo que pensava em determinados momentos e contextos. Não considero que a condição de investigador seja separável da condição de cidadão. Aquela é parte desta, tal como é parte da minha identidade em interminável processo de construção e de mudança. Dissociá-las, em nome de uma qualquer neutralidade axiológica ou de uma equívoca independência teórica ou ideológica, não passaria de uma manifestação de tibieza pessoal ou, pior ainda, de interesses não assumidos. Como creio estar bem explícito nas cartas, não renunciei aos meus engajamentos políticos e sociais que condicionam e constróem a minha condição de investigador e o modo como olho e dialogo com os outros actores sociais. A seu jeito, nelas está presente uma certa militância cidadã que, apesar de atravessada pelo pessimismo que é regularmente insuflado pela marcha do mundo, não se rende à contemplação do que existe nem, tão pouco, o entende como o fim da história.

Em regra, a obra escrita tem sempre um autor. Porém, e sem que lhes caiba qualquer responsabilidade, para ela contribuem, com o seu trabalho e empenho, numerosas pes-

soas. Compete-me a mim lembrá-las, num pequeno gesto de reconhecimento pelo muito que fizeram. Começo pelo José Paulo Serralheiro, editor, colega e animador incansável do nosso jornal, *A Página da Educação*. Acolheu as minhas ideias e projectos sempre com a maior solicitude e nunca me regateou incentivos para a publicação das cartas neste formato e o prosseguimento do meu próprio trabalho textual. Ao José Portela, meu orientador e amigo, estou grato pelo inestimável auxílio no "descobrimento" dos terrenos africanos que me eram até aí praticamente desconhecidos. Sem os seus conselhos avisados que, por impaciência ou imprudência, nem sempre fui capaz de cumprir, tudo teria sido mais difícil e penoso. Ao Manuel Carlos Silva, meu professor e camarada de já algumas lutas, devo os comentários sempre pertinentes e, acima de tudo, os ensinamentos para uma cidadania comprometida e democrática. O Pedro, parceiro de discussões intermináveis e trajectos variados, é credor das leituras sempre atentas e críticas dos meus rascunhos.

Não posso deixar de enfatizar o meu apreço por todos os que em Moçambique aceitaram dialogar comigo, recebendo-me em suas casas, não raro prestando-me apoio e amizade. Porque corria o risco de esquecer alguém, não ouso individualizá-los. Eles saberão reconhê-lo.

Para o fim fica a dívida maior. Minha retaguarda, companheira paciente e solidária, a Carminda soube sempre estar presente, mesmo quando a distância e o tempo pareciam insuportáveis.

A caminho de Moçambique

"Odeio as viagens e os exploradores. E aqui estou eu disposto a relatar as minhas expedições." É assim que Claude Lévi-Strauss, talvez o mais influente antropólogo francês do século XX, começa a sua belíssima narrativa sobre as viagens e o trabalho de campo no Brasil por ele vividos no início da sua carreira académica.

Também eu decidi contar as minhas observações e experiências em Moçambique. Escrevo as primeiras palavras deste texto no voo do Porto para Londres. Quando olho para trás, embora não me reveja nas suas palavras, compreendo o desabafo do autor de *Tristes Trópicos*: quantas canseiras na preparação de uma viagem, melhor dito, de uma mudança de vida. É disso que se trata, quando deixo Braga, Chaves e o país para trás, trocados por um projecto de vida em Moçambique durante os próximos oito meses. Para tornar mais incerta a mudança e, quiçá, mais penosa, temos as vacinas, os antipalúdicos, a farmácia com os mais variados medicamentos, as advertências médicas sobre os cuidados a observar, por exemplo, na ingestão de água e de alimentos frescos. Ao mesmo tempo que pesavam fortemente na

minha cabeça, constituíam sinais fortes do que significa ser (e viver n)um país da periferia do sistema mundial.

O que me leva, então, a Moçambique? A obtenção de mais um grau académico seria a resposta mais directa, simples e muito institucional. Mas espero algo mais, mais pessoal e, sobretudo, mais humano: a compreensão de um punhado de homens e mulheres, provavelmente parte camponeses, parte operários, com quem pretendo partilhar a sua vida quotidiana nos próximos meses.

Esboçado nos ares europeus, este texto tomou corpo enquanto atravessava África de lés-a-lés, confortavelmente instalado no assento do 747 da British Airways, escutando a música de um dos canais de bordo e, de quando em quando, dando uma olhada no monitor de cristais líquidos para conferir a posição *on-line* do avião. Quando penso no que está lá em baixo, a uma distância de 10.000 metros, o contraste não podia ser mais violento: é o centro e a periferia que se sobrepõem, a relativa abundância e bem-estar com a privação mais pungente. Tal como acontece numa exposição fotográfica múltipla, o mundo que nos habituamos a designar como globalizado está mesclado, numa profusão indefinida de formas e traços que variam conforme o olhar e o contexto. Inevitavelmente, a questão toma conta de mim: porquê África? Depois de longos séculos de colonialismo, as lutas de libertação empreendidas, ao longo de várias gerações, por homens e mulheres africanos corajosos, parecem hoje vazias de sentido. As mesmas dependências, as mesmas

injustiças, as mesmas formas brutais de exploração, alimentadas no passado pelo colonialismo, parecem não ter fim. Até na África do Sul de Mandela, a esperança vai dando lugar ao desespero: a partilha da riqueza, cada vez mais desigual, é um problema por resolver; a SIDA prepara-se para ceifar, perante o despudor aviltante das multinacionais farmacêuticas, o melhor da força de trabalho do continente; o desemprego e a miséria parecem alastrar como fogo na savana quente e seca.

Ainda a tempo, é tempo de lembrar Paulo Freire e António Gramsci. Constituem, para mim, duas referências incontornáveis: intelectuais corajosos, os seus compromissos irredutíveis com as lutas emancipatórias custaram-lhes, a Freire, longos anos de exílio, e, a Gramsci, a vida, perdida nos cárceres do fascismo italiano. Nos seus textos encontro, sempre, ideias e exemplos estimulantes. Como terão reparado, colhi neles a sugestão de parte do título para este espaço que agora se inicia.

Os pobres tomaram conta das ruas

Apenas com duas breves estadias no continente africano, em Marrocos, a expectativa aumentava à medida que o avião perdia altitude para fazer uma aterragem suave no aeroporto de Joanesburgo. Pela janela do lugar que ocupei desde Londres obtive a primeira impressão da África do Sul: em redor do aeroporto, localizado nos subúrbios da enorme cidade sul-africana, a paisagem é dominada pelas moradias individuais, quase sempre equipadas com piscina.

Cumpridas as formalidades alfandegárias e recolhida a bagagem, dirigi-me para a área pública do aeroporto. Apesar de estar no outro lado do continente, numa África muito diferente, o cenário repete-se: não têm conta os jovens negros que procuram, à semelhança do que vivi em Marrocos, um viajante para o "auxiliarem", em troca de alguns dezenas de *rands*. A mim tocou-me um que se apresentou como estudante do ensino superior, trabalhador informal nas horas livres. Com um desembaraço a toda a prova, de imediato tomou conta da mala e, em certa medida, de mim. Enfastiado de aviões, a sua presença ajudou-me a repor o plano inicialmente pensado, à revelia dos avisados

conselhos dos meus amigos moçambicanos: viajar de Joanesburgo para Maputo em autocarro.

A aventura começava... Longe de ter quaisquer simpatias por ideologias da insegurança e ventos punitivos soprados dos Estados Unidos, as notícias, quase diárias, da criminalidade na África do Sul não poderiam deixar de me afectar. Acabaria, muito rapidamente, por descobrir que a realidade ultrapassava as minhas piores projecções. No percurso do aeroporto para a estação de autocarros no centro da cidade dificilmente se observa casa sem sistema de alarme ostensivamente presente. Chegado à estação, a presença policial, sempre privada, é quase asfixiante. Se, por um lado, sossega as inquietações do europeu branco recém-chegado, por outro diz-nos que algo não vai bem no país de Mandela.

Eram 10H00 locais quando me confrontei com a autoridade do tempo: o autocarro, o único do dia, tinha partido às 8H00. Óptimo, um dia livre pela frente. Contra as minhas expectativas, passei o dia metido no hotel, em regime de reclusão imposto pela força das circunstâncias. Apesar da imensa vontade de dar um passeio pelo centro de Joanesburgo, os avisos veementes do meu "guia", os conselhos desincentivadores do gerente do hotel e, sobretudo, o exemplo do zambiano negro, pequeno comerciante de diamantes e pedras preciosas na sua cidade de Lusaka, também recluso, foram elementos suficientes para me impor contenção e chamar-me à razão.

No dia seguinte, a saída de Joanesburgo ofereceu-me uma outra vista, assaz fugaz como impressiva, sobre a cidade: o centro parece saído da "nova idade média" imaginada por Umberto Eco, com os edifícios comerciais transformados em verdadeiras caixas fortes, não raro encerrados. Nas ruas, entregues aos pobres, o trânsito automóvel era escasso e os brancos estavam totalmente ausentes. Já fora da cidade, os meus olhos enchiam-se com a visão apocalíptica de sucessivas *townships*, espaços e símbolos de um passado ignominioso que, contra muitos alentos, ainda é presente.

A tragédia africana também passa por aqui. A situação de guerra civil em que está mergulhada Joanesburgo constitui uma expressão forte da encruzilhada da África do Sul pós-*apartheid*: garantidos os direitos civis e a democracia parlamentar, falta mexer nas estruturas económicas e sociais. Arredados, por ordem do regime racista, do bem estar material de que foram e são os principais produtores, sobre a maioria negra pesam os encargos do desemprego e do salariato de miséria, hoje impostos pelo neoliberalismo.

Encontros africanos

Finalmente cheguei a Maputo. O desencontro com um amigo moçambicano levou-me a um alojamento no centro da cidade, numa casa transformada em "turismo de habitação" para viajantes (e não só), quase sempre ocidentais. Com apenas três meses de actividade, eu fui o primeiro hóspede português. É uma casa dos tempos coloniais, gerida por um jovem branco, luso-moçambicano de pertença identitária ainda não totalmente resolvida, filho de uma família da burguesia colonial portuguesa, e por uma *swazi*, filha de pai europeu e mãe africana. Vivem na parte inferior da casa, enquanto que os clientes ocupam o piso térreo. Espaço cosmopolita, cruzamento de pessoas, projectos e destinos, nele encontrei um acolhimento que superou, largamente, as minhas melhores expectativas. Sugestivamente chamado *The Base*, ajudou-me a começar aquilo que nós, antropólogos, chamamos de imersão na sociedade que nos acolhe. Não no sentido apenas da simpatia, mas algo mais profundo, o da empatia com os outros, com aqueles que nos são estranhos, de quem nada sabemos mas queremos saber. Este desejo, profundamente humano,

parece-me sempre avivado pela deformação provocada pela natureza do meu trabalho, tornando ténue, quando nos encontramos no terreno, a diferença entre a observação dita científica e os sentimentos pessoais. O meu caderno de campo, cúmplice inseparável das minhas observações e emoções, surgia, aos olhos dos outros, como a expressão mais visível desta deformação profissional que atinge o antropólogo, franqueador, como justamente lembra Christian Bromberger, de espaços e vidas privados sem que para tal tenha sido convidado.

Marcado pelos primeiros dois dias de viagem, ao longo dos quais encontrei pouco da África romântica, esse estereótipo muito presente em nós, europeus que pouco sabemos deste grande continente a que chamamos negro, as duas semanas na *base* foram vividas com enorme intensidade. A preparação da minha deslocação para o local principal da investigação decorreu em simultâneo com a descoberta da cidade e das suas gentes. A pé ou de "chapa" – as carrinhas de nove lugares que servem para transportar quinze e até vinte passageiros, paradigma da desregulação selvagem imposta a Moçambique pelas instituições do "consenso de Washington" – meti-me, pouco a pouco, na cidade. Sempre, sempre o contraste, como se, a nós, ele se colasse com uma qualquer cola invisível produzida por um génio louco. Partindo do centro, qualquer itinerário conduzia-me, irremediavelmente, às zonas perigosas da cidade, onde a pobreza faz par com a violência. Mesmo nas zonas civilizadas, mormente nas imediações dos óptimos restaurantes onde se pode fruir algo dessa África que aprendemos, em boa medida, a fixar nas salas escuras do cinema, e dos animados bares, prenhes de mestiçagem étnica e cultural, esbarramos com crianças e jovens, não raro famintos e consumidos pela doença, uns tentando vender qualquer coisa, outros pedindo somente alguns meticais.

Encurralado em emoções contraditórias, fui afeiçoando-me à cidade. Apesar dos passeios esventrados, do lixo acumulado nas ruas, da privação extrema e do sofrimento ao virar de cada esquina – provas para a condenação, sem perdão, do conluio entre os senhores do mundo e as elites africanas, desinteressadas da sorte dos seus povos porque estão, como aqui se diz, somente preocupadas com a acumulação –, empreendi a árdua aprendizagem de viver uma nova vida num lugar que, ao contrário do turista, queremos senti-lo como nosso mas que sabemos que a ele pertenceremos apenas transitoriamente e, fatalmente, de uma forma sempre incompleta e imperfeita.

Ambiguidades

Trabalhamos com e sobre pessoas, enfim, sobre a vida de todos os dias que, avessa à quietude, está em permanente mudança. Sobretudo na periferia, onde tudo é, incluindo as existências físicas dos homens e das mulheres, funestamente mais incerto. Ainda antes de partir de Portugal confrontei-me com a instabilidade do que parecia estável: a fábrica de caju do Xai-Xai tinha encerrado em finais de Abril, mais uma para a longa lista de falências iniciada na segunda metade dos anos 90.

Face a este novo cenário, entendi redefinir o lugar principal da investigação. Após quase duas semanas de contactos, de diálogos e de pesquisa de informação, decidi-me por Manjacaze, uma pequena vila localizada a cerca de 60 quilómetros da capital da província de Gaza. Sede de distrito, está ligada à história das lutas contra o colonialismo português, na qual se elevam duas figuras, hoje transformadas em mitos fundadores da nacionalidade moçambicana: Ngungunhane e Eduardo Mondlane. O primeiro fez de Manjacaze o centro político do seu império, tendo acabado derrotado pelas forças portuguesas, a pouco mais de

uma dúzia de quilómetros da sede da localidade, na histórica batalha de Coolela. A um punhado de quilómetros deste local situa-se Nwadjahane, a aldeia natal de Mondlane.

Importante centro produtor de caju, o encerramento, em 1997, da fábrica de descasque de castanha de caju lançou a vila numa profunda crise económica e social que se agravou com o fechar das portas, em 2000, da pequena fábrica de Jongué, situada a quase trinta quilómetros de distância da vila. A tornar o cenário ainda mais cinzento, as desastrosas colheitas dos últimos quatro anos afectaram fortemente o comércio local e privaram os camponeses da sua principal fonte de rendimento monetário.

Definido o lugar, em meados de Maio fiz-me ao caminho. As impressões iniciais de Manjacaze recordaram-me o que tinha escutado repetidamente: "Vais para o mato, para um lugar onde ninguém passa". Na vila senti, de imediato, um aragem difusa do tempo colonial soprada pelas habitações e pelos edifícios públicos, quase todos construídos antes da independência. As ruas de terra batida organizam-se em redor de uma avenida principal que é rematada, no topo, pelo edifício da administração. Encostada a ela, num dos lados, temos o inevitável mercado informal, onde se luta, todos os dias, pela sobrevivência. No lado oposto, numa das saídas principais da vila, estende-se a zona comercial tradicional, das lojas do comércio formal, quase todas propriedade de famílias de origem indiana.

As primeiras semanas em Manjacaze foram difíceis. A imersão num outro meio social não é tarefa fácil nem, tão pouco, rápida. Como sempre, vivi a situação, já clássica, dos antropólogos e outros investigadores sociais que elegem a observação participante como estratégia metodológica fundamental. Aqueles que se pretende observar observam e perguntam: O que veio ele cá fazer? O que procura? Porquê Manjacaze? Quais as razões que levam um português branco a percorrer tão grande distância para se instalar, por um longo período de tempo, na nossa vila? Inevitavelmente, antes de começar a fazer perguntas, a bisbilhotar a vida dos outros, tive de enfrentar (e passar) no exame a que os habitantes me submeteram, tendo como matérias a minha pessoa e os objectivos do trabalho. Nada fácil, pois as questões concretas eram de árdua resolução, exigindo-me o melhor dos meus recursos argumentativos. Assim, tive de convencer as pessoas que não pertencia à família do primeiro proprietário da fábrica, um colono português que abandonou Moçambique aquando da independência, não estando ali para recuperar os bens da família; que não era um investidor, como acalentavam muitos dos antigos trabalhadores, certamente toldados pelo desespero, com o objectivo de estudar a possibilidade de reabertura da fábrica; que estava muito longe de ser um evangelizador, mais um, dos muitos que pululam pela região; nem era, de modo algum, um membro encoberto da Renamo, ali instalado para um trabalho de sapa da Frelimo no distrito onde esta possui, tal como

acontece em toda a província de Gaza, uma das suas mais importantes bases de apoio social e eleitoral.

Esta vivência inicial, esteada pelos dias, semanas e meses que já levo em Manjacaze, revelou, com nitidez, os limites da observação participante. Ficamos sempre aquém da integração plena, nunca conseguimos, para usar os termos de Raul Iturra, "despir" o nosso conhecimento cultural para "vestir" o dos observados. Embora constitua um desafio intelectual estimulante, sabemos, e os observados sabem, que não somos iguais. Estamos inevitavelmente de passagem, a nossa vida não é, apesar de transitoriamente se aproximar, a deles. Ao contrário da visão, diria romântica, da transformação do antropólogo no nativo, por via da sua longa permanência no terreno, nunca deixei de ocupar uma posição precisa no tecido social local, diferente dos observados e por eles reconhecido, sustentada em algumas categorias sociológicas fundamentais, como a nacionalidade, a classe e a raça. Resta, o que está longe de ser escasso, o estabelecimento, entre nós e os outros, de relações sociais baseadas no diálogo, quotidianamente nutrido pela curiosidade mútua e pelo fascínio recíproco da diferença.

Frente ao espelho

Instalado provisoriamente na única pensão da vila, da varanda do meu quarto podia estender o meu olhar sobre quase toda a rua principal da zona comercial de Manjacaze. A curiosidade cruzava-se com o espanto: as casas com o ventre ao léu alternavam, de um modo quase ritmado, com as lojas em funcionamento, melhor dito, com as cantinas como aqui são chamadas, marcando a paisagem urbana. Adivinhando as razões desta nudez ferida, ela foi um dos primeiros temas de conversa com os meus informantes. Com a emoção sofrida da experiência vivida, eles desfiaram as histórias da guerra civil, do medo da morte, dos familiares e amigos caídos, das incontáveis noites passadas no mato, muitas vezes refugiados na lagoa, molhados para manter acesa a chama da vida.

Cunhado para sempre na memória daqueles que o viveram, fazendo parte da memória colectiva de Manjacaze, o massacre de Agosto de 1987 – mais de 50 mortos, homens, mulheres e crianças hoje enterrados numa vala comum junto ao hospital local – é um paradigma do horror praticado nestas paragens da periferia pelos "combatentes da

liberdade". Criatura saída do bojo do *apartheid*, peça fundamental na política reaganiana de contenção da "ameaça comunista" na África Austral, a Renamo assentava a sua estratégia na prática quotidiana do terror sobre as populações civis e na destruição das estruturas económicas. A minagem indiscriminada dos caminhos e dos terrenos agrícolas, os ataques recorrentes às cantinas, em especial as do mato, os assaltos nas estradas e nas aldeias, a pilhagem do gado, não raro o seu extermínio, obrigaram a população a fugir, deixando para trás as suas "machambas", os terrenos onde faziam as culturas agrícolas que lhes garantiam o sustento. O resultado é conhecido de todos: desarticulação da economia, fome, doença, sofrimento e morte.

Perseguido pela imagens e as vozes da pequena vila de Gaza, os ataques terroristas às torres do WTC e ao Pentágono, também aqui amplamente cobertos e discutidos, desassossegaram-me: Porquê este ódio aos Estados Unidos?

Residindo num país onde a embaixada americana tomou para si, através do bloqueio permanente da circulação de viaturas, a rua defronte do seu edifício – expressão do poder imperial dos Estados Unidos, esta usurpação destapa a consciência do fel que lhe é votado –, a leitura da imprensa moçambicana e os diálogos com alguns amigos deste lado do mundo deram vida ao "efeito de *boomerang*", como lhe chamou o *Le Monde Diplomatique*, ou, se preferirmos, ao portuguesíssimo "cá se fazem cá se pagam".

Do lado de lá, o *cowboy* do Texas afirmou prontament
que quem não está com os americanos, entenda-se, com
administração americana, está com os terroristas. Lament
senhor Bush, mas não concordo. Como se pode estar com
seu estado quando se é resolutamente contra o terrorismo
independentemente das circunstância em que ele se verific
de quem o promove e das razões que o sustentam? Como s
pode estar com um estado, o seu, que, à bomba e à bala, pro
move, organiza e apoia golpes, assassina líderes político
desestabiliza (e liquida) regimes incómodos? Metendo
mão no baú da memória, não posso deixar de trazer a
texto, tirando de um rol sem fim, o Chile de Allende,
Nicarágua de Ortega, o Congo de Lumumba e, já agora,
Moçambique de Samora.

Vivendo o impensável, o terror vindo de fora na su
própria casa, para Bush e para os que, à sua volta, lhe dita
a política e os discursos, é tempo de ajustar as contas com
bin Laden e os *taliban*, elevados à condição de inimigo
satânicos dos Estados Unidos. Em termos estratégicos
trata-se de uma oportunidade excepcional para a consoli
dação da hegemonia dos Estados Unidos, estado-*gendarm*
do neoliberalismo doravante globalizado e da hiperburgue
sia transnacional, por via do reforço do musculado apare
lho militar e do alargamento da sua presença a novas área
do globo. Garantido o apoio do, sempre fiel, amigo inglês,
esforço diplomático americano na Europa está orientad
para, como justamente observou o diário italiano *I*

Manifesto, a partilha das responsabilidades e, sobretudo, dos riscos.

A resposta está em curso. A deles e a nossa, a dos que, não aceitando nem as responsabilidades nem os riscos, exigem uma ordem mundial baseada no primado da paz e da justiça e não na lei do mais forte, à maneira do velho oeste. Em Washington dezenas de milhares de manifestantes deram conteúdo concreto à contestação. Na Europa, mormente em Itália, as acções colectivas engrossam este caudal iniciado do outro lado do Atlântico. Acredito que também na América Latina, na Ásia e, quem sabe, em Moçambique, os homens e as mulheres de boa vontade saberão dizer não a mais uma aventura guerreira que, nada resolvendo, apenas serve para entreter os generais e engrossar os lucros das pudicamente designadas indústrias de defesa. Antes que seja demasiado tarde, é tempo de ajudar a administração americana a deixar essa estranha e maléfica obsessão de se contemplar ao espelho.

O bom aluno

Como habitualmente, o crepúsculo do ano carrega con sigo as reuniões dos países e organizações doadores com governo moçambicano. Agrupados no Grupo Consultiv decidiram responder generosamente às necessidades finan ceiras manifestadas pela parte moçambicana: em vez do 600 milhões de dólares solicitados, concederam mais d 720 milhões. É costumeiro dizer-se que "quando a esmola grande o pobre desconfia". Ou será que estamos perante u inusitado desvio altruísta de quem não é suspeito de ta sentimentalismos?

A começar pelos senhores do império, passando pel instituições do chamado "consenso de Washington", e ter minando nas que pululam em redor das Nações Unida sem esquecer as ONG, todos consideram Moçambique u "bom aluno": aplicado, nunca ausente das aulas, fazend sempre com rigor os trabalhos de casa. No final de cada an "escolar" o nosso bom aluno é avaliado, aprovado com dis tinção e premiado com um generoso pacote de dólare americanos.

Observando, deste lado do Índico, o desenvolvimento do muito gasto e universalizado programa de "ajustamento estrutural", tudo se torna transparente. Tal como no passado, na época dos impérios coloniais, a periferia continua sujeita ao domínio e aos interesses dos que hegemonizam o sistema mundial. Neste contexto, perante o descalabro africano e décadas de sucessivos falhanços nas políticas de desenvolvimento, Moçambique é utilizado como tábua de salvação, um exemplo da boa transição a mostrar ao mundo por aqueles que ditam as regras que o conduzem.

A situação no terreno é, e eles sabem-no, bem diferente. A vida do bom aluno continua miserável e, sobretudo, crescentemente dependente da ajuda externa. Apresentando-se as coisas deste modo, ganha sentido a convocação saudosa do tempo de Samora Machel feita pelos mais pobres e pelos que, não o sendo, conservam a decência, essa qualidade humana demasiado ausente e esquecida por muitos nestas paragens. Nesse tempo, hoje diabolizado pelo pensamento único e enjeitado pelos arautos locais do neoliberalismo, a dignidade não era uma palavra vã. Nesse tempo, de pesadas dificuldades e grandes carências, o pouco que existia era partilhado com razoável equidade. Nesse tempo, do carapau transformado em prato único de todas as refeições, o roubo e a corrupção eram combatidos com energia e, sobretudo, com boa-fé. Hoje, decorridos quinze anos do desaparecimento trágico de Samora e quase dez do fim da guerra de desestabilização, nas cidades e nos campos viver é

cada vez mais um exercício de vida ou de morte, embora
não seja menos certo que uma pequena minoria tenha
prosperado a uma velocidade estonteante.

A elite política e económica é, qual santíssima trindade,
coxa da periferia, a mesma pessoa, constituindo-se na ges-
tora local da globalização-colonização de que nos fala o
teólogo brasileiro Frei Beto. Antes de partir para
Moçambique não alimentava, a este respeito, qualquer ilu-
são. Simplesmente, a realidade excede, largamente, as pro-
jecções mais desassossegadas. Como aqui me costumam
dizer, aqueles que vivem na Europa e nunca estiveram neste
África não conseguem acreditar naquilo que se pode con-
tar. Afinando a crítica, a classe política moçambicana, tal
como as suas irmãs do continente, não é classificável.
Perdeu toda a honradez, conquanto tenha acrescentado
propriedade e grandes privilégios aos pequenos privilégios
fruídos no tempo de Samora.

Num processo semelhante ao vivido na União Soviética
e em outros países socialistas, a burocracia apropriou-se
dos bens do estado, transformando-se na nova burguesia
nacional e dirigente. Completamente parasitária e subordi-
nada ao grande capital globalizado e à hiperburguesia
transnacional, a troco de um punhado de dólares permite,
melhor dito, participa, imitando os capatazes do velho
colonialismo, na pilhagem das matérias-primas e de todos
os demais recursos naturais do país sem que isso pouco ou
nada aproveite aos moçambicanos. Assim, nestes dias de

multipartidarismo e de "democracia" o que importa é a preservação do poder, como me dizem (e mostram com a prática) antigos e actuais dirigentes da Frelimo. Compreende-se... E o que acha o povo, o cidadão da rua e do mato que passa mal? Acha normal! Acha normal que eles roubem, reclamando somente que devem deixar um pouco para os outros. Como, algures em Manjacaze, alguém me confidenciou, é natural um pai ficar com a maior fatia do bolo. Só não é aceitável comê-lo sozinho e, com isso, não fazer a partilha das fatias menores com os filhos. O que nos levaria para uma longa discussão sobre o socialismo em África, em sociedades tradicionalmente desiguais, no presente como no passado ciosas das hierarquias, onde os chefes, pequenos e grandes, detêm um posição dominante em todos os contextos onde se consome a vida social.

Os "ajudadores"

Numa desafiante entrevista à *Anthropology Today*, no algo distante ano de 1988, Maurice Bloch coloca a nu o tr balho levado a cabo pelas ONG e por muitas outras agênci ligadas à cooperação e à ajuda ao desenvolvimento nos pa ses periféricos. Para este antropólogo da London School Economics tudo não passa de uma nova forma de paras tismo dos pobres que serve para garantir empregos be remunerados e privilégios aos envolvidos nesta (aparent mente desinteressada) actividade.

Conhecendo, por interesse académico e razões de ofici o debate sobre o desenvolvimento no campo das ciênci sociais, as palavras de Bloch sempre me perseguiram Embora seja um crítico severo das políticas de desenvolv mento receitadas com grande enlevo pelas instituições d consenso de Washington, acreditei sempre que as coisas nã seriam assim tão cinzentas.

Quis a carreira académica proporcionar-me a oportun dade de experimentar os argumentos de Bloch. Tudo com çou em finais de 1998, com o meu ingresso na UTAD, ond vivi, nesse primeiro ano de casa, uma interessante activida

profissional, ensinando na licenciatura de Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento. Aí fui confrontado com o esquema teórico e, sobretudo, com a lógica, pretensamente técnica mas, na verdade, profundamente ideológica, da formação de técnicos guiada pelos paradigmas da globalização hegemónica. Ficava a faltar o contacto prolongado com o terreno.

Chegado a Moçambique, a vivência quotidiana logo confirmou uma forte suspeita que trazia de Portugal: nem todas as ONG, longe disso, estão do lado da globalização contra-hegemónica, algo que justamente foi reconhecido por Boaventura de Sousa Santos numa entrevista recente ao mais influente jornal diário moçambicano. Na verdade, uma verdade amarga e excessiva para todos os que praticam a dissidência, a maioria das ONG deixou-se enredar nas teias do sistema, sendo hoje um esteio fundamental para a sua estabilidade. Umas porque comprometidas ideologicamente, outras por mero pragmatismo de sobrevivência, ao elegerem como principais áreas de intervenção a saúde e a educação, negligenciando a esfera produtiva, em especial a industrial, as ONG colaboram activamente na reprodução das relações de dependência. Entre estas, a diplomacia e a cooperação estabeleceu-se um triângulo de cumplicidades na qual a população é, de modo repetido, um mero recurso para alimentar os seus interesses. Em concreto, a ajuda constitui um dispositivo para os que dizem ajudar se ajudarem, com expressão forte na estilização das suas vidas proporcio-

nada pelos salários de três, quatro e até mais de 5.000 dólares, viaturas de tracção integral para uso total, habitações confortáveis, viagens para os países de origem, criados e criadas para todo o serviço e sabe-se lá o que mais. Tudo somado, sempre em dólares para se estar em coerência com os tempos que correm, o custo de um "ajudador" pode atingir os 30.000 dólares/mês, conforme contas feitas por Joseph Hanlon, um autor bem conhecido nestas paragens.

Como não poderia deixar de ser, a elite política é elemento activo e dedicado nesta estranha parceria, circulando entre os cargos políticos e as consultorias nas ONG e na miríade de organizações internacionais e nacionais que dão corpo à cooperação. E o absurdo ganha um inusitado sentido: as calamidades são o melhor que pode acontecer à elite política e a toda esta gente predadora ligada à cooperação. Como me confidenciava um antigo membro da burocracia estatal, hoje empresário, como se comenta quotidianamente nos círculos privilegiados de Maputo, mais com ironia do que com acrimónia, nada como umas inundações como aquelas que atingiram o país no ano de 2000 para sobre ele se despejarem uns milhões de dólares adicionais e, com isso, os políticos, os burocratas e os "ajudadores" darem mais um bom empurrão às suas vidas.

Tentando legitimar este estado de coisas, o discurso político repete, sem cessar, as velhas e gastas palavras do combate à pobreza absoluta, do desenvolvimento económico sustentado, da luta contra as doenças, sem apontar qualquer meta temporal, um prazo, por longo que seja, para colocar um ponto final na dependência. Também aqui, este tempo não resiste à comparação com um outro tempo, o da Frelimo de Samora que, certamente com voluntarismo, alguns excessos e muitas deformações, quis fazer dos anos 80 a década da luta pelo desenvolvimento e pela erradicação da pobreza em Moçambique.

Após quase sete meses de permanência em Moçambique, o parasitismo dos pobres é, para mim, uma outra forma de expressão, certamente menos cruel mas inusitadamente mais cínica, da ordem mundial que vai impregnando as terras e os mares do nosso planeta. E em lugar do grito dos condenados da terra, como lhes chamou Frantz Fanon, escutam-se as vozes dos parasitas reclamando a preservação dos pobrezinhos em nome do direito à vida, às suas vidas bem cuidadas e prazenteiras.

A luta pelo saber

As minhas incursões pelos pedaços mil de Manjacaz transitoriamente sentida como a "minha terra", permit ram-me descobrir uma luta em curso que trespassa, pr ticamente sem distinção, todas as classes sociais: a lut pelo saber na escola. Esta é, sublinhe-se, um lugar des jado e namorado por todas as crianças e jovens, alg tanto mais surpreendente quando sabemos que a escol enquanto instituição de transmissão e aprendizagem d conhecimentos, é coisa recente nas sociedades africanas

Senhor de uma rara elegância intelectual, o velh Moisés, meu informante-chave, parceiro de convers sem pressas no escritório da velha fábrica de caju liqu dada pela acção articulada do Banco Mundial e d governo moçambicano, ajudou-me a compreender lugar da educação e da escola na sociedade moçambican contemporânea. Falando do seu passado familiar, lem brou-me que antigamente, no tempo dos avós e até d pais, bastava comer bem, dormir bem, não passar fom nem frio para não se ser pobre. A criança ia muito ced com a mãe até à "machamba", ora para plantar mandioc

milho e amendoim, ora para apanhar feijão-nhemba, aju e mafurra. Não havia mais nada para fazer nem, tão ouco, para pensar. Hoje já não é assim.

O colonialismo primeiro, depois o projecto revolucionário nacional-popular de inspiração socialista, agora a estauração capitalista na sua versão mais selvagem, ransformaram profundamente as formas de reprodução ocial e o papel desempenhado neste processo pelas iversas instituições inventadas pelas sociedades humaas. No caso concreto da escola, esta é hoje um campo elevante e praticamente incontornável na luta pela clasificação social, no qual os mais despossuídos encontram ma janela, tanto mais pequena quanto menos recursos odem mobilizar, para ascenderem socialmente. Como m qualquer outro campo, na instituição escolar noçambicana jogam-se as profundas contradições sociis e fazem-se sentir as terríveis misérias e perversões que fectam as sociedades periféricas. As boas notas e as pasagens de ano pagas com dinheiro ou, quando se é rapaiga-mulher, com o corpo, a utilização das crianças-aluos pelos professores nas suas "machambas", o uso do apital económico, político ou outro por parte dos aluos e dos pais que o possuem para condicionar a liberade de julgamento dos professores são práticas sociais aturalizadas.

Mergulhado em Manjacaze, num lugar igual a tantos utros do "vale de lágrimas da periferia do mundo",

como me escreveu, de Maputo, uma querida colega amiga viciada na dissidência, percebi que a escola ne lado do mundo é um mundo, o mundo onde se dá con nuidade, segundo as suas regras, à aprendizagem da lu pela sobrevivência baseada nos princípios predadores d neoliberalismo. Com uma velocidade estonteante – o q são dez, quanto muito quinze anos na vida de um pov –, este esbateu na memória colectiva o projecto educati levado a cabo pela revolução moçambicana, deixand apenas, qual testemunho arqueológico elevado à cond ção de absurdo patológico, os manuais onde os alun fazem a aprendizagem funcional da história, da geograf e da língua.

O mercado da fé

Nascido numa família da pequena burguesia portuense, recebi uma educação religiosa católica rudimentar que não foi além da primeira comunhão. Desde muito cedo que os assuntos da fé se manifestaram esquivos a todos os meus esforços de racionalização. Acreditando que a fé é coisa de se ter ou não ter, muito cedo a perdi sem que, na verdade, alguma vez a tivesse ganho.

A história ensina-nos que a costa oriental de África é espaço de cruzamentos de culturas e religiões. Chegado a Manjacaze, rapidamente me confrontei com a vitalidade das igrejas que, em concorrência quase mercantil, disputam as almas. Terra de africanos, com uma bem antiga presença de indianos de confissão muçulmana e uma colonização portuguesa mais recente que, como em todos os outros lugares por onde passou, carregou consigo o cristianismo católico, nela encontrei sempre gente com fé. Neste lugar telúrico da identidade moçambicana todas as dúvidas em relação à existência de Deus, talvez melhor, dos deuses, dissipam-se. Construídos pelos homens e pelas mulheres, ele(s)

existe(m) e vive(m) nas suas cabeças, preenchendo uma bo
parte das suas vidas.

Como em outros domínios, o engenho da sobrevivênci
também é aqui jogado, com vivaz pragmatismo, pelo
moçambicanos negros. Sujeitos a processos, nem sempr
doces nem encantados, de evangelização cristã, principal
mente católica, nunca abandonaram as suas crenças e práti
cas ligadas ao culto dos antepassados defuntos. Hoje, liber
tos da pressão colonial e da experiência revolucionária –
primeira impondo o deus monoteísta cristão, a segund
tentando eliminá-lo –, negoceiam a sua adesão a uma o
outra igreja, no quadro do que se pode classificar como
segundo andar do seu edifício religioso. Bem adaptadas ao
tempos que correm e mais flexíveis com as práticas e o
valores africanos tradicionais, as inúmeras igrejas cristã
desalinhadas de Roma estão em manifesto crescimento
quase sempre em prejuízo desta.

Em face disto, a posição e a acção das duas grandes reli
giões monoteístas presentes neste espaço moçambicano sã
bem desiguais. O islamismo está, algo lentamente mas d
modo sustentado, a ganhar adeptos, centrando-se nas acti
vidades de proselitismo ligadas à educação religiosa
Também nestas paragens este triunfo não pode deixar de s
relacionar com o colapso de aspectos relevantes do project
da modernidade, configurando uma resposta contra-hege
mónica reaccionária à actual globalização. Olhando para
catolicismo, encontramo-lo a jogar à defesa, remetido à

tarefas de culto, de caridade e de educação. Tendo acompa-
nhado de muito perto o trabalho de homens e mulheres da
igreja romana, ao mesmo tempo que constatava o meritório
desinteressado apoio aos mais necessitados, desassosse-
gava-me a ausência de um discurso e de uma prática eman-
cipatórios. Num país e num continente em que há tanto
para criticar e para propor, falta a esta igreja uma centelha de
teologia da libertação. Quando, ao contrário do que acon-
tece um pouco por toda a América Latina, não existem
movimentos progressistas, social e politicamente implanta-
dos, é dramático que a Igreja Católica seja incapaz de des-
pertar os oprimidos, federando e organizando, se necessá-
rio, todas as vontades na luta contra as iniquidades sem fim
e, fatalmente, contra aqueles que, localmente, são os gestores
e beneficiários maiores da (de)ordem neoliberal.

De volta a casa

No derradeiro voo recordei que na viagem de senti
inverso, descendo a África a caminho de Moçambiq
falava de uma mudança de vida. Hoje, vivido esse tem
africano, percebo que mudar, no sentido limite do term
teria sido passar a "indígena". Deixar tudo para trás fican
em Manjacaze, como me propôs o velho Gani, e aí arranj
uma ocupação, certamente um negócio. Enleio-me nas su
palavras gentis e sinceras: "Agora já é conhecido, tem muit
amigos, vamos todos ter saudades. Podia ficar connosc
Parti, trazendo comigo as cicatrizes desse tempo intens
mente vivido. Mudei muito? Está demasiado próximo pa
responder, mas os sintomas anunciam-se fortes.

De novo instalado no meu "mundo", vivi durante as pr
meiras semanas a experiência "antropológica" de me sen
estranho em casa. Tive de recuperar as rotinas, os compo
tamentos e a localização espacial de muitos dos meus obje
tos que o afastamento durante tanto tempo parecia ter ap
gado da memória, de refazer as relações pesso
temporariamente interrompidas, de retomar o contac
com aqueles que me estão mais próximos. Inevitavelment

vinha a pergunta: "Então, gostaste de Moçambique?"

Fico sempre em apuros para responder. Sim e não.
xperiência extraordinária, lembro já com alguma saudade
queles que se tornaram próximos. Em Manjacaze os que
ceitaram franquear a sua intimidade e os seus pensamentos
o escrutínio da minha curiosidade que, por pudor e pru-
ência, designamos por científica. Em Maputo as amizades
ue, moldadas na crítica implacável ao nosso quotidiano
esencantado, não me regatearam lições sobre a vida recente
e Moçambique. E ainda os belos recantos visitados nas cur-
s escapadas empreendidas durante a minha permanência
o país: Vilankulos e a sua bela praia tropical a perder de
ista; a cosmopolita praia do Tofo que obriga a uma passa-
em pela cidade de Inhambane, onde a antiga presença
olonial se deixa denunciar em muitas das suas ruas e edifí-
ios. Saltando para o outro lado, inquieta-me o sofrimento,
uase sempre materializado em mortes anunciadas e inú-
eis: de sida, de cólera, de malária, sabe-se lá de quê, recebi-
as com resignação pois por ali parece fazer todo o sentido
izer que sempre se tem que morrer de alguma coisa.
esassossega-me a impotência, sentida na carne e na alma,
os poucos que ainda lutam por algo humanamente desejá-
el em lugar de, fazendo como todos os outros, se adapta-
em a viver num país transformando em território de rapina
o neoliberalismo em nome dessa coisa chamada "ajusta-
ento estrutural". A sensação insuportável de que não há
perança.

Mas como nada está na história antecipadamen escrito, a vida continua e com ela a luta por um out mundo, também em Moçambique, mesmo que tenha de travada contra aqueles que em tempos a proclamaram b alto. Porque as palavras pertencem, quando enunciadas, todos os que neles calam fundo, é tempo de avisar branco pretos, poderosos e fracos, arautos e ouvintes, o própr Kalungano que

é a voz longa de Xangana
filho pobre de terra rica
que vem cantando vem gritando

Ó sol do meu país
Ó sol de Moçambique
filho esquecido nasci pobre
sobre a terra de meus pais

Baila ó sol do meu país
baila sobre a terra
de mangueiras e cajueiros
do alto das copas verdes
de novo eu serei rei.

Índice

Ficha Técnica

Título
Cartas da periferia: Um antropólogo na terra dos heróis

Autor
Fernando Bessa Ribeiro

Edição
PROFEDIÇÕES, Lda. / Jornal a Página

Execução Gráfica
SerSilito - Empresa Gráfica, Lda./Maia

Tiragem
1000 exemplares

Depósito legal:
198301/03

ISBN:
972-8562-09-8

Data: Julho 2003

PROFEDIÇÕES, Lda. / Jornal a Página
R. D. Manuel II, 51 c - 2º andar -sala 2.5
4050 Porto
Tel. 226002790 • Fax 226070595
livros@profedicoes.pt
http://www.a-pagina-da-educacao.pt/